

Parlamentares admitem pacto de Sarney e Ulysses p3

Vários parlamentares ulyssistas confirmaram ontem, na Constituinte, a permanência de Renato Archer no Ministério da Previdência e Assistência Social e o movimento para modificar a Constituição de modo a permitir nova reeleição de Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara. Eles negaram, no entanto, que isso signifique "barganha" com o presidente Sarney para assegurar a aprovação do mandato de cinco anos.



No final da noite de segunda-feira, após mais de duas horas de conversas com o presidente Sarney, no Palácio da Alvorada, o deputado Ulysses Guimarães assegurou que "mudança no ministério só ocorrerá após a promulgação da futura Constituição, quando surgirá um novo Brasil".

O deputado Cid Carvalho, que é amigo de Renato Archer, José Sarney e Ulysses Guimarães, ao falar sobre o assunto, foi taxativo: "O ministro Renato Archer sai ou fica no Governo conforme os rumos a serem tomados pelo PMDB após a Constituinte, quando será definido o relacionamento entre o Presidente da República e o partido. Até lá, ele permanece no cargo. E isto é uma informação. Ele não vai sair por causa de fofoca".

Para Cid Carvalho, o presidente José Sarney tem plena consciência de que Renato Archer "representa hoje o segmento do partido que não está hostilizando o Governo. Ao contrário, ele sempre defendeu o entendimento entre o partido e o presidente José Sarney". Ao lado de Cid Carvalho, o deputado Israel

Pinheiro Filho acenava concordando com a cabeça.

Uma tolice

Quanto à permissão para a reeleição para a presidência da Câmara, Israel Pinheiro Filho disse que a recondução de Ulysses "é um anseio generalizado dos deputados". Já Cid Carvalho observou que "esta não é uma matéria constitucional e sim do regimento interno. Trata-la na Constituição é uma tolice. Seria a mesma coisa que resolvessemos regulamentar a eleição para a presidência do Supremo Tribunal Federal".

Cid Carvalho e Israel Pinheiro fizeram questão porém, de desvincular a permanência de Archer e a reeleição para a presidência da Câmara do apoio de Ulysses a um mandato de cinco anos para Sarney. "Isto não seria ético e o doutor Ulysses não o faria", assegurou Israel Pinheiro.

Candidatos criticam o acordo

Os candidatos já em campanha para a presidência da Câmara tiveram reações diferentes diante da articulação para derrebar, no segundo turno, o artigo que impediria a candidatura do deputado Ulysses Guimarães à reeleição. O deputado Paes de Andrade, alegando sua condição de integrante da atual Mesa da Câmara, preferiu não se manifestar. Mas o deputado Roberto Cardoso Alves disse não acreditar em um acordo entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, "pois seria uma barganha que, além de afetar a independência do Poder Legislativo, não estaria à altura cívica em que os dois se encontram".

Já o deputado Fernando Lyra, que disputou no ano passado a presidência da Câmara com o próprio Ulysses Guimarães, reagiu com ironia: "Em 87, ele já violou a Constituição para se reeleger, imagine, agora, que basta a supressão de um artigo constitucional. Se precisasse, ele suprimiria até 10 artigos".

Para Fernando Lyra, iludiu-se quem acreditou que o deputado Ulysses Guimarães aproveitaria a votação do mandato presidencial para resgatar sua imagem pública: "Infelizmente, ficou evidenciado que ele está totalmente comprometido com o continuísmo do presidente José Sarney. Definitivamente, o doutor Ulysses deixou de estar a serviço de seu partido e do País para estar a serviço das oligarquias".

Repercussão

Nas sessões da Câmara e da Constituinte, vários parlamentares se manifestaram, ontem, sobre a

notícia publicada pelo Jornal de Brasília revelando a existência de um acordo tácito entre Ulysses e o presidente José Sarney, envolvendo a duração do mandato presidencial, a reeleição para a presidência da Câmara e a permanência até o final da Constituinte do ministro Renato Archer no Governo.

O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, discursou na sessão matutina da Câmara, exortando Ulysses a desmentir a notícia. E acrescentou: "Se isto for verdade, é mais um dos conchavos que se faz na vida pública brasileira de forma a desrespeitar não só a autonomia, a soberania, o respeito desta Casa, mas, mais do que isso, é um atestado do que a classe política brasileira não está à altura de representar o povo brasileiro".

Na sessão da Constituinte, o deputado Victor Faccioni, do PDS do Rio Grande do Sul, recordou que, na reeleição passada de Ulysses, "a Câmara dos Deputados machucou o espírito da lei na interpretação de que se tratava de um novo período legislativo e não era reeleição. Era! Mas, tudo bem, aconteceu e o momento o determinava. Mas a repetição do fato deixará muito mal não só o presidente Ulysses Guimarães, mas à sua bancada, a Constituinte, o Legislativo e as lideranças políticas que vão desgastar ainda mais o pouco do que resta de credibilidade e de esperança do povo brasileiro".

Victor Faccioni citou, ainda, um velho ditado uruguaio a propósito do acordo tácito entre Sarney e Ulysses: "Eu não creio em bruxas e em bruxaria, mas que elas existem, existem...".

PFL defende o entendimento

O PFL apóia um entendimento entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães que assegure um mandato presidencial de cinco anos e a permissão para a reeleição à presidência da Câmara. O deputado Inocêncio de Oliveira, primeiro vice-líder do PFL na Constituinte, afirmou, ontem, que "o entendimento não é motivo de desonra para ninguém. Ao contrário, faz parte da vida política. Entendo que o deputado Ulysses Guimarães prestigia o Poder Legislativo e sua reeleição, portanto, será boa para a classe política".

O deputado Ricardo Fiúza, também vice-líder do PFL e um dos coordenadores do Centrão, também vê com simpatia e permissão para a reeleição do presidente da Câmara. Ele esclarece que, em princípio, seu candidato é o deputado Roberto Cardoso Alves, mas não vê nenhuma problema para um acordo, votar novamente em Ulysses Guimarães.

Quanto à demissão do ministro Renato Archer, da Previdência Social, que vem sendo reivindicada há tempos pelo PFL, o deputado



Inocêncio apóia reeleição

Inocêncio de Oliveira diz que se o trato for de aguardar até a promulgação da Constituição isto não será problema: "Afinal, para quem já esperou tanto tempo, não será nada aguardar mais dois meses".

A emenda supressiva que retira do texto aprovado no primeiro turno proibição da reeleição para a presidência da Câmara, é de autoria de um deputado do PFL — Rubem Medina, do Rio de Janeiro.

Covas denuncia manobra

Marco Antônio Maurício

O deputado Ulysses Guimarães, no intuito de satisfazer o desejo expresso pelo presidente Sarney, decidiu marcar para hoje, uma sessão matutina da Constituinte, na tentativa de viabilizar a votação do mandato do Presidente ainda esta semana. Mas sofreu um "puxão de orelhas" do senador Mário Covas, líder do PMDB, que classificou a convocação como "intempestiva e desprovida de lógica", além de criticar Ulysses por ter se deixado influenciar por um desejo particular de uma pessoa estranha à Constituinte. Ulysses, justificando que só procurava ultimar a promulgação da Constituição, reconsiderou sua decisão e desconvocou a sessão matutina sob protestos do PFL.

O pitoresco acontecimento poderia até passar despercebido, no entanto, revelou ser uma tentativa embutida na estratégia montada pelo Palácio do Planalto para aprovar, ainda esta semana, o mandato de cinco anos para o presidente Sarney. «A Assembleia é soberana para decidir, quando e como, e não deve estar sujeita a injerências externas» e protestou Covas, ao tomar conhecimento

da convocação da sessão matutina. Para o senador, Ulysses, a persistir com seu intuito, estaria quebrando uma regra prevista no regimento interno, que determina a realização de sessões da Constituinte apenas no período vespertino.

Antes mesmo do deputado Ulysses Guimarães responder a Covas, um dos interlocutores do Planalto, o líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira partiu em defesa da manutenção da convocação da sessão matutina. Em tom de ironia, estranhou o posicionamento do líder do PMDB, que segundo o deputado, era até o momento um dos constituintes mais críticos à morosidade do ritmo das votações, e, surpreendentemente, inverteu, naquele instante, sua postura anterior.

Ulysses, porém, afirmou que não aceitará qualquer injerência de pessoas alheias à Constituinte, inclusive do Presidente da República. Justificou sua atitude de convocar a sessão, por ter recebido comunicação do deputado ecológico Fábio Feldmann (PMDB-SP), de que o acordo sobre meio ambiente (próximo tema a ser votado) já estava firmado. «Meu propósito foi o de recuperar o tempo perdido».

Arquivo 12/2/88



Hargreaves anuncia 300 votos

Presidente pede decisão imediata

O presidente José Sarney determinou ontem às lideranças políticas do Governo que facilitem, o quanto puderem, as negociações em torno das matérias que antecedem a votação do mandato, pela Assembleia Nacional Constituinte.

Sarney quer a definição do seu mandato ainda esta semana, quando muito até quarta-feira da semana que vem, porque não deseja adiar sua viagem a Nova Iorque, mas, principalmente, porque não quer perder os bons ventos que se seguiram ao anúncio da nova política industrial.

O presidente da República pediu, às suas lideranças da Câmara e do Senado, maior empenho para que a votação do mandato, ocorra esta semana, mas o Palácio do Planalto já trabalha com a hipótese, bastante provável, de que o tempo de governo do presidente José Sarney só será definido na próxima quarta-feira.

Essa possibilidade foi levantada pelo ministro Prisco Viana após a reunião do Conselho Político, na última segunda-feira, e tornou-se mais evidente, para o presidente José Sarney, durante sua conversa com o deputado Ulysses Guimarães, no Palácio da Alvorada.

Avaliação

O presidente do PMDB e da Constituinte fez para o chefe do Governo uma avaliação favorável à tese dos cinco anos, mas fez questão de ressaltar que em política, como sabem os dois, tudo é possível.

Os colaboradores mais próximos do presidente da República preferem não se render ao otimismo alardeado pelas lideranças políticas, que falam — Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi — em 320 votos a favor do Governo.

O assessor parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República, Henrique Hargreaves, que conhece como poucos o ambiente político do Congresso Nacional, apresentava ontem, de acordo com seu mais novo levantamento, 300 votos para o mandato de cinco anos.

Ele também considera, e muito, a possibilidade de que a votação corra somente na próxima semana, provavelmente na quarta-feira. O que o Palácio não admite é um atraso maior na definição do mandato do presidente José Sarney.

Arraes manda vice avaliar tendências

Recife — O governador Miguel Arraes despachou ontem a Brasília o vice Carlos Wilson com a missão exclusiva de obter do presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, uma análise objetiva da tendência da Constituinte em relação ao mandato presidencial e também sobre o futuro do partido.

O vice-governador embarcou no final da tarde de ontem, e, hoje, de manhã, deverá ser recebido em audiência pelo presidente da Constituinte. Antes de viajar ele disse que o governador Miguel Arraes continua favorável ao mandato de quatro anos para o presidente Sarney, mas acredita que os cinco "são favas contadas".

Não quis, todavia, fazer comentários sobre a posição de dois constituintes da bancada do PMDB — Fernando Bezerra Coelho e José Carlos Vasconcelos — que estavam inclinados a votar pelos quatro anos mas anunciaram ontem que votarão pelos cinco. Fernando Bezerra alegou que quer ajudar Pernambuco e o seu governador, enquanto José Carlos Vasconcelos argumentou que cinco anos são o mínimo para garantir a transição.